

## PSICANÁLISE, INSTITUIÇÕES E TRANSMISSÃO À BRASILEIRA NA ATUALIDADE: À PROVA DO SOCIAL? <sup>1</sup>

Lucas Laier Scwan Barroso<sup>2</sup>

Marília Barroso de Paula<sup>3</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho visa, primeiramente, realizar um apanhado da história do movimento psicanalítico, desde sua criação por Sigmund Freud, no final do século XIX, passando por sua expansão no continente europeu e na América do Norte. Em um segundo momento, a investigação terá como foco parte do desenvolvimento desta episteme no Brasil, a partir dos idos de 1915, deixando em perspectiva possíveis mudanças que possa ter sofrido em suas formas de transmissão original em uma tentativa de se adequar às especificidades deste país. Interessamos-nos, ainda, por seus principais intelectuais difusores, que iniciaram o processo de introduzi-la e fixá-la em solo brasileiro durante o século XX. A estes contextos supracitados, acrescidos pelo método de revisão de literatura, abordamos as instituições brasileiras de psicanálise ligadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e aquelas alinhadas como culturalistas. Como conclusão, apontamos alguns possíveis caminhos que a psicanálise brasileira possa trilhar, na atualidade, para manter-se como esta episteme única e relevante, como Freud propusera.

Palavras-Chave: Instituições de Psicanálise. História do Movimento Psicanalítico. Psicanálise Brasileira. Discursividade.

## PSYCHOANALYSIS, INSTITUTIONS AND BRAZILIAN TRANSMISSION TODAY: PROOF OF THE SOCIAL?

### ABSTRACT:

This article aims to make a brief overview of the history of the psychoanalytic movement from the perspective of the historiography of psychoanalysis, from its creation by Freud at the end of the nineteenth century, through its expansion through the European continent and North America until, finally, this movement reaches Brazil. After this contextualization, the article will focus on the analysis of the development of psychoanalysis in Brazil, from 1915 onwards, leaving into perspective possible

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa História da Psicologia e seus aspectos filosóficos. Recebido em 29/10/2023 e aprovado, após reformulações, em 30/11/2023.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA) e autor do artigo em questão. Email: lucaslaierschwan@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA) e orientadora deste artigo. Email: mariliapaula@uniacademia.edu.br

changes that it may have undergone in its original forms of transmission, in its discursiveness, in order to, perhaps, adapt to the specificities of this country, foreign to it. We are also interested in its main disseminating intellectuals, who began the process of introducing and settling it on Brazilian soil during the twentieth century. To these contexts mentioned above, added by the method of literature review, we approach our objective of perceiving in the Brazilian institutions of psychoanalysis, those linked to the IPA and those aligned as culturalists, what would be the ways of fostering and interacting with the processes of subjectivation and training offered to postulants and psychoanalysts. Therefore, we try to present paths that Brazilian psychoanalysis can follow, nowadays, to maintain itself as this unique episteme, dialectically relevant, as Freud had proposed.

**Keywords:** Psychoanalysis. History of the Psychoanalytic Movement. Institutions. Brazil. Discursiveness.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo contextualizar o que foi a Psicanálise criada por Sigmund Freud, a fim de compreender como esta chegou à atualidade brasileira, tendo como fio condutor o movimento psicanalítico europeu. Busca-se compreender como se deu a introdução da teoria e da clínica psicanalítica no Brasil, a partir de idos de 1915 e como podemos encontrá-la em possíveis discursividades e *práxis* neste último quartel do século XXI.

A investigação se centrará em como as instituições de Psicanálise a promoveram e a desenvolveram numa conjuntura de transformações socioculturais e econômicas da sociedade brasileira ao longo do século XX. Nossa finalidade é a de obter uma melhor compreensão de como a Psicanálise, a partir de seus defensores e de seus discípulos, transmitiram suas teorias a fim de promoverem um percurso por esta área de conhecimento.

O artigo procura, então, desenvolver a abordagem a partir de dois tipos prevalentes de instituições psicanalíticas existentes no Brasil: as instituições filiadas a Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e as instituições que se denominam como culturalistas<sup>4</sup>. Interessa-se aqui pelo critério utilizado para afirmar o que é, e

---

<sup>4</sup> Para nos estudos culturais não existiria sujeito abstrato, sem raça e sem gênero. Este estaria sempre situado no tempo e no espaço, relacionado a um momento histórico, a uma certa sociedade, a uma cultura. Neste sentido, compreendemos que possa existir uma psicanálise à brasileira (Gondar, J & Junior, N.E.C., 2021), Ainda vemos correlação da inserção cultural influenciando a psicanálise em no Dicionário de Psicanálise (1998), de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon. Roudinesco aponta que o debate entre culturalismo e universalismo perpassa toda a história da psicanálise.

como deve ser a prática psicanalítica segundo os pensamentos divergentes entre estas mesmas instituições. Posteriormente, busca-se analisar os possíveis desdobramentos que estes legaram à Psicanálise no Brasil.

Entre os artigos pesquisados, nos deparamos com a perspectiva decolonial<sup>5</sup>, cada vez mais crescente nas publicações, nos cursos, nas pesquisas, até em citações de páginas de psicanalistas. O decolonialismo será referenciado por se compreender a importância deste conceito na atualidade. Tal perspectiva balizou a tentativa de medir e delimitar o lugar do analista nas supracitadas respectivas instituições. Como implicar à Psicanálise em uma discursividade decolonial para uma melhor compreensão sobre as supostas novas configurações do mal-estar da civilização brasileira? Discorre-se também daí, sobre o fato de que a IPA e suas afiliadas não consideram que os indivíduos não médicos e não psicólogos possam adentrar em seus quadros para exercer a Psicanálise. Chama a atenção como instituições alocadas num país com inúmeras contradições, advindas do patriarcalismo colonialista como é o caso do Brasil possa ignorar a recomendação de Freud em seu texto panfletário intitulado “A questão da análise leiga” (Freud, 1926).

A fim de abranger tais questões, o trabalho se propõe a uma revisão de literatura a partir da seleção de artigos, capítulos de trabalhos acadêmicos e livros. Os autores e obras selecionados para esta revisão, citados na maior parte do trabalho, trazem enfoque para a realidade brasileira e, por isso, são majoritariamente nacionais, além de pontuações específicas de autores internacionais, quando estas se fizerem necessárias.

As seções são divididas da seguinte forma: primeiramente uma breve revisão da historiografia da Psicanálise, começando por sua criação por Sigmund Freud, a expansão deste movimento pela Europa bem como da sua institucionalização, passando pela travessia além-mar até o continente americano e sua chegada ao Brasil. Procuraremos discorrer desde o princípio da difusão das ideias no meio psiquiátrico brasileiro até a criação das instituições e formação dos primeiros analistas. Em um segundo momento, analisaremos os principais pensamentos

---

<sup>5</sup> Para Gondar e Junior (2021, p. 211), os estudos culturais defendem que “não existe sujeito abstrato, sem raça e sem gênero”, mas num recorte em que assinalamos a inflexão destes como oposição ao universalismo que diz “... concepção de sujeito abstrato, racional e reflexivo que dominou nossa modernidade.”

implicados no discurso psicanalítico brasileiro, além das questões da normatividade que podem ser encontradas no discurso fundamentador que afeta a *práxis* analítica. Por fim, na terceira seção, debruça-se sobre a questão institucional e o lugar do analista no contexto brasileiro atual.

Catapan (2023) pontua sobre a divisão entre as instituições afiliadas à IPA e àquelas ditas culturalistas. O autor enfatiza a forma como estas últimas visam se organizar horizontalmente numa radicalidade democrática entre os seus pares, o que pode significar a existência de um contexto de menor normatização e maior política de equidade entre os psicanalistas. O autor se posiciona em uma perspectiva de que existiriam discursos normativos que impactam na formação dos psicanalistas.

Contudo, também parece haver a possibilidade de que a psicanálise seja feita através da crítica à postura dogmática de neutralidade do analista, como acalenta Sandor Ferenczi, psicanalista húngaro e íntimo colaborador de Freud, por meio da possibilidade de escutar o sofrimento psíquico pela ternura<sup>6</sup>. Nasio (1995, p. 91) reproduz um dos discursos de Ferenczi em **Confusões de línguas entre adultos e criança**, de 1932:

Os pacientes não se comovem com expressões teatrais de piedade, mas apenas, devo dizer, com uma autêntica simpatia. Não sei se eles a reconhecem pelo tom de nossa voz, pela escolha de nossas palavras ou de alguma outra maneira. Seja como for, eles adivinham, de maneira quase extralúcida, os pensamentos e as emoções do analista” (Nasio *et al.* 1995, p.91)

Há pouca crítica direcionada à Psicanálise brasileira, suas instituições e seus psicanalistas. Este estudo se propõe a refletir acerca da construção discursiva que permeia o discurso psicanalítico, que parece estar infiltrado nas instituições, possivelmente afetando o *methier* sem necessariamente corresponder às demandas da clínica contemporânea, sobretudo, para a atual conjuntura sociocultural e econômica brasileira (Junior & Neto, 2020). Para Matioli e Martinez (2020, p. 256):

Aproveitemos, portanto, a oportunidade para aprender com Ferenczi e seus interlocutores, e quem sabe nos inspirarmos em sua postura transgressora para questionar a imutabilidade da técnica usualmente defendida por correntes psicanalíticas mais ortodoxas, que muitas vezes aprisionam a

---

<sup>6</sup> Matioli e Martinez (2020) explicam que, para Ferenczi, estar atento à linguagem da ternura é ouvir a criança que habita o adulto, pois é somente esta atmosfera de confiança que permite o acesso à parte infantil clivada pelo efeito da identificação ao agressor quando da vivência traumática. Ver também Ferenczi, 1932: *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*.

prática psicanalítica dentro de limites rígidos. Este é o caso de algumas escolas filiadas à I.P.A. (*International Psychoanalytical Association*) e sua exigência normativa de análises didáticas nos moldes do início do século XX.

## 2 ORIGENS E EXPANSÃO DA PSICANÁLISE

Nesta seção aborda-se brevemente a contextualização sobre a origem da psicanálise através da revisão de literatura. Passa-se pela revisão da história da psicanálise, com uma breve introdução biográfica de Freud, seu percurso como médico, a criação da psicanálise por este, a expansão desta episteme através do continente europeu e o impacto das Grandes Guerras na difusão do conhecimento psicanalítico pelo globo. Na seguinte subseção é analisada a chegada deste saber ao Brasil, passando pelos seus principais difusores bem como a expansão do movimento no país, além de explicar como foi iniciada a construção da historiografia da Psicanálise brasileira.

A historiadora da Psicanálise, Elizabeth Roudinesco (2016), escreveu a mais recente biografia de Freud. Segundo a autora, Sigmund Freud fora um judeu austríaco, nascido em Freiberg na região da Morávia (atualmente República Tcheca, antigo império Austro-Húngaro da dinastia Habsburgo) no ano de 1856, no seio de uma família judaica reformista. O pai de Freud, Jacob Freud, era comerciante de lãs e adepto do Iluminismo judaico. Já sua mãe, Amalia Nathanson, terceira esposa de Jacob, teve Freud como seu primogênito, e teria sido uma mulher imperiosa que soube conservar sua autonomia.

Freud era considerado prodígio pela mãe, tendo o suporte dela para não seguir suas tradições ancestrais de ser comerciante, tendo mais liberdade de se tornar um intelectual. Mais tarde, em 1891, tornou-se médico especialista em doenças nervosas, atuando com grandes nomes da medicina ocidental da época, especialmente Josef Breuer, Jean Martin Charcot e Rudolf Chrobak (Roudinesco, 2016).

Durante sua atuação como neurologista, Freud utilizou-se da hipnose para tratar seus pacientes. Posteriormente, ao trabalhar junto a Breuer, percebeu que o estado hipnótico era fruto de sugestão, algo que limitava qualquer possível pesquisa acerca da patologia apresentada pelo caso em análise (Freud, 1914/1996). Ao longo de seu trabalho com Breuer, Freud afirma que descobriram o processo mental

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.903-924, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483**

característico das neuroses, a que deu o nome de “regressão”. Durante o mesmo período, tiveram divergências acerca do mecanismo psíquico da histeria e também discordavam sobre a etiologia da mesma, culminando no rompimento das relações entre os dois. Ainda, segundo Freud:

Entre os novos fatores que foram acrescentados ao processo catártico como resultado do meu trabalho e que o transformou em Psicanálise, posso mencionar em particular a teoria da repressão e da resistência, o reconhecimento da sexualidade infantil e a interpretação e exploração de sonhos como fonte de conhecimento inconsciente (Freud, 1914/1966, p.25).

A partir de 1902, a psicanálise começou a se expandir quando jovens médicos passaram a procurar Freud com o interesse de aprender, difundir e praticá-la, criando um pequeno círculo de aprendizes que fundaram a primeira sociedade de Psicanálise do mundo: a Sociedade Psicanalítica de Viena. Freud reconheceu que não conseguiu fazer com que, entre os membros do grupo que nascia, houvesse uma relação amistosa, afirmando também a incapacidade de evitar que os participantes da sociedade psicanalítica competissem pela prioridade. Segundo o teórico: “Eu mesmo não me aventurei a expor uma técnica e teoria ainda inacabadas e em formação, com a autoridade que provavelmente teria capacitado os outros a evitar certos desvios e suas consequências desastrosas” (Freud, 1914/1996, p.35).

No ano de 1907, de maneira repentina, a Psicanálise havia despertado, ainda que de maneira discreta, o interesse de partes da sociedade, com alguns cientistas prontos para reconhecê-la. De acordo com Freud, suas obras haviam sido estudadas no hospital público de doentes mentais, em Zurique. Em seguida, as visitas de membros dessa clínica para uma animada troca de ideias culminou, em 1908, no primeiro congresso psicanalítico da história, em Salzburg (Freud, 1914/1996).

Apesar de Freud não atribuir à Escola de Zurique o interesse pela Psicanálise ter sido despertado no mundo intelectual da Europa, ele afirma que foi em Zurique que havia um grupo coeso de partidários que lutavam pelo reconhecimento da análise, bem como a disposição de uma clínica pública que integrasse a Psicanálise como parte do curso de psiquiatria (Freud, 1914/1996).

No ano de 1909, Freud foi para os Estados Unidos junto a alguns de seus colegas próximos, convidado pela Clark University para falar abertamente sobre a Psicanálise. Em 1911 ocorre o segundo congresso de Psicanálise em Nuremberg e

neste congresso a IPA foi fundada para definir o que, na época, tinha e não tinha a ver com o que era a Psicanálise. Nas palavras de Freud:

(...) o objetivo da associação era promover e apoiar a ciência da Psicanálise fundada por Freud, tanto como psicologia pura como em sua aplicação à medicina e às ciências mentais e cultivar o apoio mútuo entre seus membros para que fossem desenvolvidos todos os esforços no sentido da aquisição e difusão de conhecimentos psicanalíticos (Freud, 1914/1996, p.53).

Nesse contexto de expansão, a difusão dos conhecimentos psicanalíticos já se espalhava pelo continente europeu, angariando apoiadores e opositores conforme os grupos psicanalíticos se formavam em diferentes países e se filiavam a IPA. Entretanto, não somente na Europa e na América do Norte a Psicanálise ganhou popularidade, mas também na América do Sul Especialmente no Brasil, a teoria psicanalítica ganharia espaço e o movimento se difundiria pelo país (Roudinesco, 1998).

Após o fim da Primeira Guerra em 1918, Roudinesco (1998) afirma que os psicanalistas húngaros migraram para a Alemanha – mais especificamente Berlim – após o colapso dos impérios centrais, principalmente o antigo Império Áutro-Húngaro, fazendo com que Berlim se tornasse o polo da divulgação das teses freudianas. Entretanto, como afirmado por Roudinesco (1998, p.10): “Sem o advento do nazismo, que a esvaziou da quase totalidade de seus intelectuais e eruditos, a Alemanha teria sido o mais poderoso país de implantação da psicanálise”. O advento do nazismo e a perseguição aos judeus, fez com que muitos psicanalistas – inclusive Freud e sua família, procurassem exílio em outros países. Boa parte dos psicanalistas exilados emigrou para os Estados Unidos, Grã-Bretanha e alguns vieram para a América latina. Aqueles que não tiveram como escapar do regime nazista foram mortos nos campos de concentração (Roudinesco, 1998).

Aborda-se a seguir como este movimento europeu se espalhou e, inclusive, chegou ao Brasil.

## **2.1 A peste no Brasil<sup>7</sup>.**

---

<sup>7</sup> Uma frase que foi atribuída à Freud em sua viagem aos Estados Unidos. Roudinesco aponta que em estudos de textos e trabalhos na totalidade histórica, o que se afirma em grande parte do mundo é que Freud teria dito “Eles ficarão surpresos com o que temos a dizer” (1998, p.587). Essa suposição foi utilizada para referenciar o título da secção.

A referência ao termo peste no contexto da história do movimento psicanalítico tem a ver com a emblemática e suposta fala de Freud a Carl Jung, médico, psiquiatra e fundador da Psicologia Analítica, quando da viagem que fizeram aos Estados Unidos em 1909. Freud teria proferido as seguintes palavras: “Eles não sabem que lhes estamos trazendo a peste.” Entre ditos e desmentidos sobre esta conversa, a alusão a esta palavra assemelhando a psicanálise a uma doença infectocontagiosa e a sua possível difusão da Europa para o Continente Latino Americano.

Oliveira (2002) analisa algumas questões pertinentes acerca do início do movimento psicanalítico no Brasil e sua expansão pelos estados, capitais e grandes centros urbanos no país. Segundo esta autora, o principal difusor da Psicanálise em território brasileiro foi o médico psiquiatra Julio Pires Porto-Carrero, que denominava a si mesmo como um “fanático da Psicanálise” (Oliveira, 2002). Nos anos de 1920-1938, Porto-Carrero se dedicou a difundir os ensinamentos da teoria psicanalítica no Brasil no meio psiquiátrico, em nível local e nacional, bem como no meio pedagógico, além de ter participado da equipe de tradução das obras de Freud pela editora Guanabara. Ele também foi responsável pela escrita do **Relatório**, de 1929, uma obra que detalha uma parte da historiografia da Psicanálise, confirmando que os *focos de proliferação* da Psicanálise se deram principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país - especificamente Rio de Janeiro e São Paulo para o Sudeste, Porto Alegre para o Sul, e um único *foco* também em Salvador, Nordeste. O Relatório é, nas palavras de Oliveira (2002, p.146), “o texto fundador, é nele que os historiadores da Psicanálise se pautam para escrever a história da implementação deste saber no país”. Ainda, de acordo com a autora:

A história vai mostrar, no entanto, que serão necessários ainda quarenta anos para que a Psicanálise, controlada pela *International Psychoanalytical Association* (IPA), consiga implantar o conjunto dos seus dispositivos de formação e prática no país, e assim mesmo em apenas três dos principais centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (Oliveira, 2002, p.146).

Para Oliveira (2002) o processo de implementação do saber psicanalítico no território nacional ocorre em três períodos discriminados a seguir: a difusão das ideias (1915-1937); a formação da primeira geração de psicanalistas brasileiros (1938-1950) e a institucionalização do movimento nos moldes da IPA (1951-1969). A autora destaca que a expansão da Psicanálise para outras regiões do país, uma fase

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.903-924, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483**

posterior, ocorre em 1970 e conta com o nascimento de diversas escolas e instituições com diferentes tendências teóricas. (Oliveira, 2002).

Há, também, um segundo registro publicado a respeito da historiografia da Psicanálise brasileira, feito por Virginia Bicudo, fundadora do movimento psicanalítico paulista, em 1948. Esses dois textos, o de Porto-Carrero (1929) e o de Bicudo (1948), após suas respectivas publicações, irão reaparecer somente nos anos de 1960, juntamente com alguns outros de caráter regional, escritos por outros pioneiros da psicanálise. De acordo com Oliveira (2002):

Em geral esses escritos são patrocinados por organismos oficiais afiliados à IPA e publicados na Revista Brasileira de Psicanálise (RBP). Com frequência, a análise é descritiva e reduzida a uma tradição oral, relato de fatos deslocados de seu contexto sociocultural, acrescidos de rumores e lendas. Uma pesquisa em fontes primárias foi, no entanto, efetuada por Raymundo Barcellos em 1976, que a pedido do então presidente da Sociedade Brasileira de São Paulo (SBPSP), Laertes Ferrão, passou em revista seis dos livros de atas desta Sociedade (Barcellos, 1976. apud. Oliveira, 2002, p.147)

As pesquisas de Oliveira (2002) parecem ir na direção dos apontamentos de Elizabeth Roudinesco (1998) a respeito da tradição historiográfica da Psicanálise. Segundo Oliveira (2002), é possível observar a ocorrência de repetições acerca da construção da narrativa histórica do movimento psicanalítico, uma vez que tanto na Europa como no Brasil, a historiografia que constrói a narrativa do movimento psicanalítico foi enviesada por certos autores – em sua maioria filiada à IPA – entre as décadas de 60-70.

Roudinesco expõe uma situação semelhante para o cenário europeu quando afirma que somente após a Segunda Guerra Mundial é que realmente se pode contar com pesquisas relacionadas à historiografia psicanalítica, tendo Ernest Jones publicado o primeiro livro biográfico de Freud: *A vida e a obra de Sigmund Freud*, entre 1952 e 1957. Ela relata, ainda, que a biografia, ou o estilo “jonesiano”, que privilegia a ideia de que Freud conseguiu, através do poder de seu talento solitário, desprender-se das falsas ciências de sua época revelando ao mundo a existência do inconsciente. Neste sentido segue analisando que, durante a década de 60-70, a historiografia freudiana foi mantida reservadamente privilegiada do legitimismo psicanalítico por conta de razões políticas conduzidas por Kurt Eissler, psicanalista austríaco e colaborador próximo de Freud (Roudinesco, 1998).

Por sua vez, Peter Gay, historiador alemão e biógrafo de Freud, parece concordar com posição crítica das autoras supracitadas a respeito da postura de Eissler: “A opção pelo sigilo, à qual Eissler esteve e continua muito firmemente ligado, só pode incentivar a proliferação dos mais extravagantes boatos sobre o homem (Freud) cuja reputação ele quer proteger” (Gay, apud. Roudinesco, 1998).

Foi entre os anos de 1978-1980 que ocorreu uma explosão da investigação histórica sobre o freudismo, em que historiadores e pesquisadores coletavam arquivos dentro ou fora da IPA, a fim de elaborar livros que narrassem a história de maneira científica e considerando os aspectos do freudismo, fazendo com que a IPA, até então os principais representantes da legitimidade freudiana e os mais firmes na questão preservativa, perdesse espaço. Segundo Roudinesco (1998, p. 347):

Foi essa política de preservação da imagem do pai fundador que contribuiu para a expansão, a partir de 1980, de uma historiografia revisionista, no exato momento e que o movimento psicanalítico sofria, no mundo inteiro, os ataques de um novo organicismo, apoiado na farmacologia.

A partir de 1989 surgiria uma preocupação maior com os estudos historiográficos psicanalíticos brasileiros, a partir da publicação de Rocha (1983/1989), **Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil**, e que coincidiria com o período do nascimento da corrente revisionista da historiografia da Psicanálise, permitindo que o movimento brasileiro compreendesse a sua origem histórica, desde a Europa até os primeiros focos de sua introdução no Brasil (Oliveira 2002, p.149).

### **3 AS DISCURSIVIDADES PSICANALÍTICAS BRASILEIRAS**

Neste momento, visa-se uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento e o funcionamento das diferentes instituições psicanalíticas brasileiras bem como de suas respectivas correntes teóricas e linhas de pensamento atuais utilizando como referenciais os seguintes artigos: O Brasil no divã de Procusto - de Junior e Neto (2020), e Psicanálise e Normatividade - de Gondar e Junior (2021). Ambos versam sobre as discursividades psicanalíticas no Brasil moderno e questionam a normatização presente nestes discursos propondo uma contextualização necessária para a análise da possível relação entre o discurso psicanalítico e as instituições que a promovem.

Junior & Neto (2020) afirmam que, quando a Psicanálise foi introduzida no Brasil, logo foi utilizada por parte do discurso psiquiátrico ligado ao movimento higienista<sup>8</sup> mas, também, pelos artistas relacionados à literatura e artes plásticas. Ambos os movimentos tinham como objetivo “construir um novo país”, utilizando-se de pressupostos da Psicanálise.

A psiquiatria higienista objetivava “remover o id primitivo que dominava o país” para atingir um “nível civilizatório mais elevado”. Já o movimento modernista pretendia “utilizar o mesmo id para canibalizar a cultura estrangeira” (movimento antropofágico da literatura brasileira) favorecendo a criação de uma cultura brasileira singular (Junior & Neto, 2020, p.54 apud Torquato, 2015). Júnior e Neto (2020, p. 55) identificam dois momentos do discurso psicanalítico brasileiro:

Em uma primeira fase (início do século XX até década de 1940-50, aproximadamente), temos um discurso normalizador baseado em uma pedagogia de teor higienista; em uma segunda onda discursiva (meados do século XX até década de 1980), identificada por Figueira (1986) como “psicologismo”, as pautas se detinham sobre a transformação subjetiva dos costumes de acordo com os conhecimentos da Psicanálise sobre nossa vida mental inconsciente.

Ainda de acordo com Junior e Neto (2020), a partir do fim da ditadura militar e das crises institucionais, o surgimento de grupos independentes que promoveram a entrada da Psicanálise nas instituições de ensino superior, além de outros fatores, marcou o início de um terceiro momento do pensamento psicanalítico no Brasil caracterizado pela análise da constituição do homem brasileiro, atribuindo a ele certos diagnósticos, como traz o trecho a seguir:

Como nota Bastidas (2002), a Psicanálise mais recente tem atribuído a esse suposto sujeito brasileiro um lugar “negativo” – portador de uma falha constitucional, que enfrenta dificuldades na constituição da lei ou com relações exóticas perante ela, dado à transgressão, flertando com a perversão –, interpretação hegemônica que podemos encontrar nas publicações psicanalíticas dos últimos trinta anos, aproximadamente (...). Nesses trabalhos, constatamos que a clínica não se caracteriza como fonte medular para as interpretações; trata-se, portanto, de uma série de escritos

---

<sup>8</sup> Para Barroso (2017), o processo histórico higienista estaria ligado ao capitalismo, tanto na Europa e EUA, quanto a sua implementação no Brasil. A autora estabelece esse percurso seguindo a organização das políticas públicas em torno das camadas subalternas, pelo discurso médico, que também fora implementado, assim como o movimento psicanalítico brasileiro, privilegiando o eixo das capitais sul e sudeste.

de Psicanálise extra-muros, nos quais as interpretações se dão a partir de materiais e elementos disponíveis na cultura. Não estamos lidando com a Psicanálise de brasileiros (nível da clínica), mas sobre os brasileiros (nível do discurso) (Junior; Neto, 2020, p.55).

O texto de Junior e Neto (2020) utiliza outros autores psicanalistas com diferenças no que tange ao escopo teórico e formativo. Entretanto, a leitura sobre a realidade brasileira aponta para uma hegemonia relacionada à construção da discursividade psicanalítica brasileira na modernidade **que estaria permeada pela ideia de...** (Junior; Neto, 2020). A conclusão que se chega é de que:

Pensamos que a Psicanálise, ao recorrer a esses consagrados autores para entender o Brasil, busca, nessas fontes, “materiais” para análise, tal como Freud buscou, em seus escritos extra-clínicos, o recurso a etnólogos e historiadores. E é neste ponto que, pensamos, encontra-se um dos “nós”, ou um dos desvios, que leva a escuta psicanalítica ao que estamos denominando de divã de Procusto (Junior & Neto, 2020, p.71)

A hegemonia apontada por Junior e Neto (2020) pode ser confirmada por Joel Birman (2001), psiquiatra e psicanalista, no que diz respeito a repetição do que foi construído no discurso da psicanálise, a partir da seguinte citação:

Consequentemente, a *repetição* construída na tradição se inscreve no primeiro plano da discursividade psicanalítica, impossibilitando a enunciação de novos discursos e revelando (...), a presença de poderosos fantasmas incestuosos no imaginário psicanalítico (Birman, 2001, p.18)

Para complementar a ideia de Birman, segue a citação de Junior e Neto (2020):

Os trabalhos mais recentes não escapam a essa vinculação ideológica advinda da escolha de seus materiais para “escutar” o Brasil. Além disso, ao estipularem certas características psíquicas desse suposto sujeito brasileiro, nossos analistas reproduzem algo que há muito fora abandonado por nossa antropologia ou sociologia – a busca por traços e características próprias de um hipotético caráter nacional, cuja função ideológica fora estudada por Leite (1983) e que Backes (2000) nota sua sobrevivência nos estudos contemporâneos da psicanálise sobre o Brasil (Junior; Neto, 2020, p.22)

Em uma tentativa de compreender o conceito de “modernidade”, se torna necessário considerar o contexto histórico e as definições ofertadas pelos autores que se propuseram a definir o tempo histórico considerado “moderno”. Tal ideia consiste em três níveis de compreensão, respectivamente:

“(...) um histórico, como o período histórico que abrange uma série de transformações – como as Reformas Protestantes, o Iluminismo e a Revolução Francesa – ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, inicialmente em países como Inglaterra, França e Alemanha, se irradiando para o que se convencionou denominar de mundo ocidental; um filosófico, a partir da caracterização do “homem”, no uso de sua racionalidade, como agente promotor da ordem e do conhecimento sobre a natureza; e um sociológico, no qual a modernidade é atrelada ao nascimento da instituição racionalizada – o Estado –, pela especialização do conhecimento e pelas modificações na vida social resultantes da dinâmica globalizada, entre outros aspectos.” (Nascimento, 2009 apud Junior; Neto, 2020, p.67)

Júnior e Neto (2020) ainda destacam que esse conceito é eminentemente europeu, partindo de uma tradição de rompimento com o passado e a construção de um futuro baseado na razão e avanços científicos, processos que ocorreram em países do continente europeu, mas não em países colonizados pelos europeus. O ideal civilizatório ocultaria a violência propagada pelos colonizadores que utilizavam da premissa de “modernizar os povos primitivos” para exercer uma profunda violência e massacrar as nações e culturas originárias dos países colonizados. A construção da modernidade, ou de sociedade moderna, teve o eurocentrismo - posteriormente o modelo de democracia dos Estados Unidos, em sua ideologia principal. Para os autores:

A psicanálise, reproduzindo o paradigma da modernização presente no discurso hegemônico do pensamento social brasileiro, acaba por criar novos mitos – psicanalíticos – e reforçar ideologias a respeito de uma suposta subjetividade brasileira, historicamente compreendida enquanto em desacordo com um ideal de sujeito e de sociabilidade modernos, desempenhando um papel, no país, de contribuição ao cumprimento de um ideal de fundo colonizador, o que se evidencia no discurso psicanalítico não apenas em suas primeiras décadas no Brasil, mas que vem sendo reproduzido até os dias atuais(p.72).

É importante atentar-se ao fato de que a história é sujeita a interpretações e, se tratando da Psicanálise, os eventos devem ser considerados como possibilidades de atravessamento psíquico ao longo das subjetividades intergeracionais, não devendo ser tomadas como verdades incontestáveis pois, ao interpretar teoricamente um evento/fato histórico como algo engessado, relacionando este à constituição psíquica de um/a brasileiro/a em busca de atendimento psicanalítico, existe a possibilidade de incorrerem à outra face da normatividade discursiva.

Entende-se que podem existir duas bases referenciais principais do discurso psicanalítico: uma que supostamente utiliza-se apenas dos escritos da Psicanálise clássica europeia para realizar a interpretação sociocultural de uma nação e do inconsciente do analisando inserido nessa cultura analisada e outra, como a face oposta, que supostamente utiliza das literaturas culturais e antropológicas locais em conjunto com as referências clássicas europeias para realizar a interpretação, de forma absoluta e sem relativizações possíveis do contexto do tempo histórico e mudanças de paradigmas. Birman (2005, p. 205) nos alerta:

Com efeito, a Psicanálise como discurso teórico perdeu suas dimensões *ética* e *política*, ficando restrita a uma mera perspectiva terapêutica na qual a harmonia do sujeito no campo social seria sua finalidade maior. Vale dizer, a Psicanálise incorporou, assim, em seu corpo teórico, uma perspectiva *normativa*... na medida em que foi silenciado o potencial crítico da tese sobre o mal-estar na modernidade.

A proposta aqui é expor as normatividades que supostamente estão presentes no discurso psicanalítico brasileiro, como possivelmente às instituições de Psicanálise são afetadas por essas construções teóricas para atuar na formação de novos candidatos à função de psicanalista, e de que forma estas lidam com os novos paradoxos do mal-estar social brasileiro, podendo afetar a prática da escuta no contexto clínico.

O conceito normatividade/normalidade em Psicanálise merece maior atenção pois corre o risco de ser entendido de distintas formas, dependendo do ponto de vista do olhar quem o aplica. Iracy Doyle (1950, p. 1), falecida em 1953 e grande figura da dissidência psicanalítica brasileira, afirma que “a etimologia da palavra não nos traz qualquer auxílio: normalidade vem do grego norma, que significa medida, com a acepção de perfeição, de máximo, de protótipo, que não corresponde ao uso atual da palavra”.

Para Gondar e Júnior (2021, p. 203) o “regime de normas sociais vigentes, isto é, as normas de orientação sexual, raça e classe na relação com os pacientes” será utilizado para exemplificar a possibilidade de o discurso psicanalítico ter sido afetado pelo jogo de poder que envolve a normatização da vida e da atuação do psicanalista na clínica atualmente. Ainda para os autores,

Porém não é possível pensarmos uma Psicanálise fora de qualquer normatividade. Não precisamos aqui nos restringir às instituições psicanalíticas e suas regras próprias. O simples fato de estabelecermos com

nossos pacientes uma relação contratual que implica horário, pagamento, regras para faltas e férias, já implica numa normatização (2021, p.213).

A Psicanálise e suas discursividades estão inseridas dentro de parâmetros, afinal é indispensável que fiquem à *prova do social*, expressão cunhada por Birman referindo-se à atualidade, em um momento de crise que se dá de formas diferentes nos países aonde o movimento psicanalítico se faz presente, evidenciando os processos de modernização que marcaram as diversas formações sociais (Birman, 2005). É preciso que as normas presentes no discurso psicanalítico sejam nomeadas, e vale ressaltar que algumas destas que não abrangem a questão da sexualidade, portanto, são mais sutis e menos nomeadas.

Gondar e Júnior (2021) destacam três dessas normas não nomeadas e que atravessam o fazer clínico: a definição pelo negativo, os dualismos ou o pensamento por oposição e a demarcação de fronteiras. Para os autores, pressupõe-se que, se baseando apenas em textos da Psicanálise *tradicional* sem nenhuma decolonialidade, revisão histórica ou relativismo cultural, pode acarretar que se perpetue um discurso carregado de normatividades e normativizações. Como questionado pelos autores “(...) de que modo nós reproduzimos atitudes e discursos normativos quando praticamos a Psicanálise?”

É impossível determinar o marco temporal que permitiu com que essas normas não escritas adentrassem o discurso psicanalítico brasileiro. Parece razoável refletir esta situação através de **Totem e Tabu**, de Freud (1913), fazendo uma relação entre a teoria de uma construção da sociedade e a reprodução dos traços filogenéticos traduzidos pelo inconsciente, jogados no discurso da cultura. A análise desses paradigmas (novos, antigos e atuais) pode se transportar no movimento psicanalítico brasileiro na forma das suas instituições, uma vez que qualquer instituição tem algum discurso de norma para orientar seus membros sobre a *práxis* adotada pela instituição.

#### 4 ANALISANDO AS INSTITUIÇÕES DE PSICANÁLISE

Como analisado nas seções anteriores, a Psicanálise foi institucionalizada no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, inicialmente nos moldes da IPA (Oliveira, 2002). Após o fim do período da ditadura militar, a partir da década de 1980, a Psicanálise

brasileira e suas instituições se expandem com o surgimento de diversas escolas que seguiam diferentes correntes do pensamento psicanalítico (Junior; Neto, 2020).

Foi feito o recorte de ao menos dois tipos de Instituições psicanalíticas vigentes e persistentes na atualidade como difusoras das ideias freudianas, de seus discípulos diretos e seus interlocutores e sucessores. Com esta delimitação, passa-se à análise do funcionamento destas Instituições que são, a saber, àquelas filiadas à IPA e as demais, de cunho transcultural e, por vezes, com viés político horizontal. A questão institucional não atravessa somente a elas, mas o discurso delas também é afetado. Se considerarmos que todo discurso pode, de certa forma, afetar, então seria correto dizer que os candidatos a psicanalistas poderiam igualmente ser impactados pelo discurso das instituições psicanalíticas (Catapan, 2023).

Mas, afinal, qual o lugar da Psicanálise atualmente no Brasil? As instituições conseguem dar conta de transmitir os conhecimentos psicanalíticos de maneira a contribuir com uma formação rica, diversificada, estimulante e inclusiva na formação do analista? Parece que pensar o lugar da clínica psicanalítica na atualidade permaneça dialético, contínuo, como propõe os autores Gondar e Júnior (2021, p. 206): “Talvez a clínica seja sempre uma interrogação sobre o lugar do analista e sobre os lugares em geral, interrogação proveniente de nossa sensação de estarmos sempre fora de lugar – e, nesse sentido, podemos aprender muito com os pacientes não neuróticos”.

Tem-se em Birman (2005, p. 210) o acréscimo de outra perspectiva: “Com efeito, a Psicanálise assume cada vez mais a condição de *estrangeira* no mundo da atualidade. Enquanto estrangeira, aquela se torna uma *estranha*”. É necessário destacar que existe uma diferença sutil, mas altamente importante entre os termos *estrangeiro* e *estranho*. Essa diferença é explicada através do texto **O Infamiliar**, de 1919, ou em sua versão original, *Das Unheimliche*, de Freud. Vale ressaltar a peculiaridade desse termo em alemão e a dificuldade das diferentes traduções que o sucederam, pois se trata de uma palavra e um conceito, algo que suscita a angústia como um sentimento antigo e conhecido, íntimo há muito tempo. De acordo com Freud (1919/2019), o Infamiliar seria tudo o que deveria permanecer em segredo, oculto, mas que veio à tona.

Logo, não seria o papel do analista se tornar, de certa forma, um *infamiliar*? As instituições não deveriam de alguma forma, contribuir para a infamiliaridade na formação de novos psicanalistas?

Horenstein (2013) discute os paradoxos entre o público e o privado em Psicanálise e o lugar do analista na atualidade, bem como a necessidade da separação dos espaços de análise, de fato, do espaço institucional. Para esse autor, as análises são necessariamente privadas, havendo de ter cuidado para que não ocorra mistura entre o espaço privado e o doméstico. O espaço público seria o institucional das supervisões e seminários. Para Horenstein (2013) toda a história do movimento psicanalítico pode conceber-se como uma história de estrangeiridade. Logo, o ato de ocupar o lugar de estrangeiro talvez não implique em tornar-se um estranho - que seria o analista neutro, dogmático, asséptico, sem ternura -, mas algo como um lugar outro, aquele que suscita o sentimento de *infamiliaridade* na condução do processo analítico, visto que a formação oferecida pelas instituições impacta na condução das análises e na produção das subjetividades.

Ora, se a Psicanálise trabalha principalmente com o conteúdo inconsciente humano significa que o psicanalista tem a função de analisar esse material um dia recalcado, e que muita das vezes, causa e gera angústia nas pessoas, mas que “quando analisados, geralmente, são os mais iluminadores de uma análise” (Horenstein, 2013). Algo que pertence ao psiquismo e por diversas razões foram recalçadas, vêm à tona em forma de sintomas e compulsões a repetições.

Neste sentido, Freud mesclou a Psicanálise com outras áreas de conhecimento, tanto àquelas contemporâneas como, também, com epistemes de outros tempos. Em **Totem e Tabu** (1913), Freud dialoga sobre a função social da lei, dos limites, e de como as sociedades podem ter sido construídas a partir da renúncia do tripé de tabus: o incesto, o canibalismo e o assassinato. A introdução do totem teria servido para substituir o pai assassinado, para homenageá-lo a fim de aplacar sua vingança. O pai, considerado como um deus a ser venerado por seu poder e temido pelo mesmo motivo, marca o início do processo de subjetivação dos povos, a infância primitiva da humanidade de onde irá surgir a introjeção da culpa, ou seja, do surgimento do inconsciente. Freud utilizou a Antropologia à luz da Psicanálise, em que se percebe que a história individual de cada sujeito não é mais do que a repetição da história da própria humanidade (Roudinesco, 1998). Acredita-se que esta repetição

também ocorra nas relações entre os membros das instituições psicanalíticas, na repetição da história de dissidências, rompimentos e discordâncias dentro do próprio movimento psicanalítico atualmente.

Roudinesco (1998), sobretudo, traça um paralelo entre a obra freudiana e um marco ocorrido no interior do então jovem movimento psicanalítico, protagonizado pelo próprio Freud e por Jung, no ano de 1911. Passado um ano após a criação da IPA, Freud já não era mais o pai primevo de uma horda, mas considerado um mestre de uma doutrina que proveu a ele um aparato político que lhe escapava ao poder. Nesse período, o movimento psicanalítico havia passado pela transição de uma tribo para uma sociedade moderna, gerando o distanciamento do pai em relação aos filhos e vice-versa. A questão maior para Freud e o movimento psicanalítico, antes e hoje, pode ser sintetizada com a seguinte citação:

Como evitar esse tipo de dissidência? Como promulgar leis que preservassem a liberdade de cada um? Como inventar para a Psicanálise regras técnicas e éticas que fossem válidas para todos os países, mas respeitassem as diferenças culturais? Como enfim, dar uma significação universal ao Complexo de Édipo, eixo conceitual do edifício freudiano? (Roudinesco, 1998, p.757).

A própria história do movimento psicanalítico no Brasil se mostra dissonante entre as instituições e seus membros, com as abordagens que podem, inclusive, rivalizar entre si, que geraria mais fragmentações em um movimento que nunca foi unificado (Oliveira, 2002; Junior e Neto, 2020).

A Psicanálise no Brasil atualmente se encontra em crise (Birman, 2005). As suas instituições supostamente divergem a respeito das novas configurações do mal-estar civilizatório, sobre a demanda da decolonialidade e o que deveria ser o fio condutor de um processo de análise, sobre uma possível reforma dos conceitos clássicos. Isso pode impactar na formação de novos psicanalistas na medida em que o narcisismo das pequenas diferenças, citado em **Psicologia de Grupo e Análise do Eu**, de 1921, continua atrapalhando o desenvolvimento intelectual do que a Psicanálise de fato pode ter potencial para realizar.

Portanto, defende-se neste trabalho algo como a proposta de Horenstein (2013) em que talvez possamos pensar a formação analítica como um processo de *estrangeirização*, transformarmo-nos em estrangeiros, observando de outro lugar, que pertence somente a nós, mas sem sermos estranhos em nosso próprio mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho refletimos que não é possível evitar as dissidências dentro do movimento psicanalítico, inclusive pela forma como a construção desses movimentos ocorreram no Brasil. As diferentes questões históricas que atravessaram o discurso da Psicanálise brasileira e o impacto que tiveram na invenção das regras institucionais na tentativa de universalizar os conceitos e, ao mesmo tempo, respeitando as diferentes construções culturais podem auxiliar no entendimento do que seria uma psicanálise brasileira.

As instituições anteriormente citadas precisam de mecanismos reguladores e leis para seu funcionamento e organização do que definem como a prática, ou seja, o principal ponto para nós é como essas podem impactar a transmissão da Psicanálise aos novos analistas. Se estas forem como a IPA defende, então o texto freudiano **A questão da análise leiga**, de 1926, fora descartado e ignorado nesse sentido. Contudo, ainda se encontram instituições ligadas a ela que perpetuam a seletividade para caracterizar e considerar quem é psicanalista.

A utilização dos conceitos acima citados para a compreensão geral do contexto cultural da sociedade onde movimento psicanalítico se formou - leia-se aqui, Brasil - valendo-se, sobretudo, dos conceitos tradicionais da psicanálise europeia para justificar a *práxis* em um país onde seus habitantes não são europeus, e sim ex-colonizados, também não pode caracterizar-se como “colonialismo intelectual”?

A neutralidade do analista, tanto defendida pelas instituições, não estaria abrindo espaço para uma escuta distante? Ferenczi, teórico da Psicanálise, propunha a presença do analista no espaço clínico e a aposta nos elementos da relação transferencial, algo como “a escuta pela ternura”. Ferenczi criticou a neutralidade do analista pois, segundo ele, levaria a uma postura isenta e/ou não implicada diante do sofrimento que o paciente leva e demonstra nos atendimentos (Gondar e Junior, 2021).

Acreditamos ser interessante o implemento de certas regulamentações por parte das instituições, inclusive por questões éticas, a fim de prevenir erros que possam custar à saúde mental de uma pessoa em análise. É extremamente necessário que os analistas mantenham suas análises pessoais, tratando suas

resistências de maneira profunda de modo a superá-las, visto que apenas assim será possível adotar uma postura sensível e sincera, e utilizar a linguagem da ternura no andamento das análises para com os pacientes em consultório (Matioli e Martinez, 2020).

Acreditamos ser interessante que as instituições psicanalíticas sejam mais flexíveis, incentivem seus membros a utilizarem autores diversos, dentre psicanalistas e epistemes outras, para um melhor aproveitamento do que a psicanálise pode proporcionar quando é testada à sociedade em que se localiza. Não seria razoável incentivar que essas instituições façam movimentos transculturais, decoloniais, ao invés de esperar que a história do seu próprio movimento seja exercida a ermo? Não caberia às instituições pluralizarem a formação oferecida, considerando que este processo é *ad eternum*?

Em suma, percebe-se que tal movimento, com suas correlatas instituições e discursividades, são intrínsecos e dinâmicos. Se a psicanálise deseja se manter com uma episteme única, talvez deva transitar entre mais saberes e teóricos, sem se prender a dogmas que limitem seus horizontes, sem perder sua delimitação de práxis.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, E. A. L. Epidemias e modernização capitalista: Higienismo e coerção aos populares na Manchester Mineira em fins do século XIX. Editora Novas Edições Acadêmicas, 2017.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BIRMAN, J. O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2005. p. (203)-(224).

BIRMAN, J. Servidão, fidelidade, ancestralidade. In: *Formações Teóricas da Clínica*. Rio de Janeiro: Contracapap, 2001. p. (11)-(28).

CATTAPAN, P. O Espaço no Tempo. *Psicanálise, arte e cultura*. 01 jun. 2023. Disponível em <https://psicanalisearteeculturacattapan.blogspot.com/2023/06/o-espaco-no-tempo-ao-falecido-heitor.html>. Data de acesso: 03 jun. 2023

DOYLE, I. Estudo da Normalidade Psicológica. In: *Arq. Neuro-Psiquiatria*, 1950. p. (155)-(170).

FERENCZI, S. Confusão de línguas entre os adultos e a criança. A linguagem da ternura e da paixão. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 13, n. 1, 2020. p. (13)–(24).

FREUD, S. A questão da análise leiga. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1926. p. (205)-(293).

\_\_\_\_\_. Totem e tabu. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.13.

\_\_\_\_\_. A História do Movimento psicanalítico. In: *A História do Movimento Psicanalítico, Artigos Sobre a Metapsicologia e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1914-1916. p. (18)-(76).

\_\_\_\_\_. O Estranho. In: *A História do Movimento Psicanalítico, Artigos Sobre a Metapsicologia e Outros Trabalhos* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1914-1916. p. (250)-(271)

\_\_\_\_\_. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud vol. XVII*. Rio de Janeiro: Imago, 1919[1918].

\_\_\_\_\_. Uma dificuldade no caminho da Psicanálise. In: *Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1917-1918.

\_\_\_\_\_. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Volume XXI Rio de Janeiro: Imago Editora, 1927-1931.

\_\_\_\_\_. Mal-Estar na Civilização. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1930.

GONDAR, J; JUNIOR, N.E.C. Psicanálise e normatividade. *Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, v. 53.1, 2021. p. (202)-(220).

HORENSTEIN, M. Tornar-se estrangeiro. *J. psicanal.* [online]. vol.46, n.84, 2013. p. (69)-(82). Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352013000100006&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352013000100006&script=sci_abstract). Acesso em 02 de julho de 2023.

JUNIOR, M.C.S; NETO, G.A.R.M. O Brasileiro no “Divã de Procusto”: A Psicanálise e Seu Discurso Sobre o Brasil. In: *Estudos Disciplinares em Psicologia*. Londrina, v. 11, n. 3, 2020. p. (52)-(75).

LAPLANCHE, J. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

MATIOLI, A. S.; MARTINEZ, V. C. V. Trauma, ternura e uma (não tão) nova ética em psicanálise. *Est. Inter. Psicol.*, Londrina, v. 11, n. 3, 2020. p. (252)-(258). Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v11n3/v11n3a14.pdf>. Acesso em 19 nov. 2023.

NASIO, J.D. Introdução à obra de FERENCZI. In: *NASIO, J.-D. Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. (59)-(101).

OLIVEIRA, C.L.M.V. A historiografia do movimento psicanalítico no Brasil. Rev. Latinoam. Psicop. Fund. V, 3, 2002. p. (144)-(153).

ROUDINESCO, E. Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo. Rio de Janeiro: Editora, Zahar; 2016.

\_\_\_\_\_ E; PLOTON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz; MELLO, Laura Souza; Brasil: o tempo e o modo. In: NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.